

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA CONDIÇÃO DOCENTE EM ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE UBERABA – MG

Váldina Gonçalves da Costa

Diego Carlos Pereira

Resumo

Este trabalho busca realizar considerações a respeito da condição docente em escolas estaduais do município de Uberaba – MG tendo em vista os elementos que compõem as condições de trabalho de professores a partir de um estudo realizado em três escolas da cidade. Para delinear as questões teóricas acerca da condição docente buscou-se apoio em Arroyo (2007), Teixeira (2007), Sampaio (2004) e Oliveira e Vieira (2012) além de outros. Fundamentados nos pressupostos de Fiorentini e Lorenzato (2006), foram aplicados 35 questionários mistos a professores de 6º a 9º anos do ensino fundamental estadual da cidade. Os dados e as análises demonstram que a condição docente no âmbito pesquisado apresenta elementos que dificultam o trabalho do professor relacionado aos aspectos físicos das instituições e à intensificação do trabalho, no entanto, a maioria desses docentes afirma não se sentirem sobrecarregados.

Palavras-chave: Condição docente, profissão docente, trabalho docente.

Introdução

A problemática do trabalho do professor e de suas configurações educacionais, pedagógicas, políticas, sociais e culturais vêm sendo cerne de um complexo campo de saberes no âmbito educacional. Pesquisas têm mostrado que as condições de trabalho do professor são primordiais para a educação (LAPO e BUENO, 2003; TEIXEIRA, 2007; ARROYO, 2007; DEMO, 2009, entre outros). Estes autores enfatizam que os professores têm se mostrado desmotivados com a profissão, apontando a baixa remuneração e o excesso de trabalho como fatores que implicam em um sentimento de desvalorização.

Este estudo parte do pressuposto apontado por esses autores de que o trabalho docente bem com as condições de sua efetivação devem se pensados enquanto âmbito de pesquisa nas instituições de ensino. Sendo assim, concordamos com Oliveira e Vieira (2012) ao assumir que a condição docente perpassa a forma como se organiza o processo de trabalho do professor nas instituições, observando-se suas tarefas, jornada de trabalho, recursos disponíveis, tempos e espaços de trabalho, condições de carreira, condições salariais, entre outras.

Desta forma, a problemática fundadora deste trabalho parte de questionamentos a essas condições de trabalho docente no município de Uberaba – MG: como se configuram os aspectos da condição docente na cidade? Quais os elementos problematizadores do trabalho do professor uberabense? A realidade uberabense reflete às discussões ampliadas pelos autores já citados ou a realidade uberabense pode se configurar pelas especificidades de sua condição docente?

Neste sentido, este artigo possui como objetivo central realizar considerações a respeito da condição docente em escolas estaduais do município de Uberaba – MG tendo em vista os elementos que compõem as condições de trabalho desses professores a partir de um estudo realizado em três escolas da cidade.

Salientamos que para a escrita deste artigo, selecionamos um recorte específico voltado à condição docente, no entanto, a pesquisa desenvolvida e já concluída e em fase de organização e publicação de resultados está relacionada à questão da valorização profissional de professores, analisando de maneira ampliada outros aspectos além da condição docente na cidade como formação, profissão docente, experiência profissional entre outros. Acreditamos que aspectos do trabalho do professor também se relacionam com a condição docente, porém, nosso recorte propõe sistematizar os aspectos relativos às suas condições de trabalho.

Ressaltamos também, que com este estudo não buscamos esgotar as possibilidades de pesquisa sobre a condição docente em Uberaba – MG e nem mesmo apresentar dados fechados, sem possibilidades de discussão acadêmica. Nossa intenção é contribuir com as pesquisas no contexto da condição docente para que nossas considerações provoquem discussões e avanços científicos, bem como promovam novas possibilidades de estudo.

Condição docente: subsídios teóricos para a pesquisa

Buscaremos aqui interpor algumas pesquisas e estudos que vêm caracterizando e discutindo as condições de trabalho do professor e oferecendo subsídios teórico-metodológicos para as pesquisas neste âmbito.

Neste sentido, para Teixeira (2007, p.426), a condição docente “se instaura e se realiza a partir da relação entre docente e discente, presente nos territórios da escola e da sala de aula, em especial”. Com isso, fica evidente para a autora que a essência da condição docente está na escola, na relação entre aluno e professor, entre a família do

aluno e o professor, no trabalho docente e nas condições oferecidas para a melhor execução deste trabalho. Nesta concepção, a condição docente seria para a autora “a situação na qual um sujeito se torna professor” (Ibidem, p.428).

Arroyo (2007), a partir de uma perspectiva sócio-histórica da condição docente na qual a dialética pressupõe-la como não estática transformada de acordo com sua temporalidade o autor busca desestigmatizar a condição docente por meio da dinâmica cultural, social e política. Assim, para o autor, a condição docente perpassa em reconhecer a diversidade sócio-étnico-racial do público atendido e refletir e superar as situações de trabalho docente desagregadoras em meio aos processos de produção contemporâneos.

Para o autor, a condição docente deve ser considerada como ponto de partida para se pensar as normas, as leis, o currículo, as diretrizes, os projetos e as ações que organizam a educação; o que se vê é o contrário, esses aspectos são pensados no campo político sem que se tenha compreensão da condição docente. Além disso, o autor complementa afirmando que a condição docente é um dos únicos âmbitos de reconhecimento da realidade das escolas, pois se distancia dos regimentos massificadores e se aproxima da produção histórica docente, do “viver a docência”, do caráter histórico e cultural de seu trabalho, de sua formação, de suas tensões, de suas reflexões, de seus avanços e retrocessos práticos, de seus ideais e da transformação dos mesmos enquanto processo. Assim, para o autor, a condição docente enquanto processo sócio-histórico deve ser o foco das políticas educacionais desvinculando-se da atual política miraculosa dos investimentos apenas em formação para garantir melhores condições de efetivação da docência em todos os níveis de ensino (ARROYO, 2007).

Já Oliveira e Vieira (2012), apontam por meio de dados levantados em sete estados brasileiros alguns aspectos da condição docente no Brasil como a ampliação do número de docentes em todas as etapas e modalidades deste nível de ensino, a mudança no perfil do docente, a melhoria das condições de trabalho, as novas funções e/ou categorias de trabalho, a diversificação e especialização dentro do trabalho docente, e, ainda, destacaram a precarização do trabalho docente mediante o aumento das horas semanais.

Segundo as autoras, a pesquisa aponta que a organização dos processos de trabalhos nas instituições educativas, a ampliação das funções para além da sala de aula, os aspectos distintivos da remuneração docente, a ampliação da jornada não remunerada de trabalho para o planejamento e demais atividades extraclasse, o vínculo com mais de

uma unidade educacional, os diferentes mecanismos de controle, particularmente, relacionados ao gerenciamento de consultorias privadas e terceirizações, têm promovido maior intensificação e precarização do trabalho docente e, ao mesmo tempo, a insatisfação profissional (OLIVEIRA e VIEIRA, 2012).

Para Demo (2006), a proletarização do trabalho docente através do controle do Estado, transforma a educação em um produto a ser comercializado e disputado pelo sistema capitalista e pela política e, com isso, a educação e, por consequência o trabalho docente, passa a ser regida por um regime de produtividade que leva a uma condição precária de intensificação das atividades.

Sampaio (2004) aponta diversos aspectos da precarização das condições de trabalho do professor como: a excessiva carga horária muitas vezes relacionada a trabalhos burocráticos e administrativos sem sentido para a prática docente; o tamanho das turmas que impede um trabalho mais especializado e individualizado do professor e das práticas curriculares; a rotatividade e a itinerância de muitos professores ligados a questões contratuais que lhes obrigam a trabalhar em diversas instituições; os baixos salários em nosso País; e por último, as questões relacionadas ao currículo.

Para o autor, as questões de impacto da precarização das condições de trabalho do professor problematizam ainda mais a questão do ensino em meio a uma política, empregada pela influência neoliberal, de massificação do ensino a partir do financiamento internacional. Este processo programou uma série de políticas e parâmetros curriculares nacionais, programas de avaliações externas e sistemas de classificação escolar que incentivam a concorrência e a produção quantitativa do professor, refletida na aprovação de seus alunos (SAMPAIO, 2004).

Aspectos metodológicos da pesquisa

Como salientamos anteriormente este trabalho resulta de um recorte de uma pesquisa mais ampla relacionada à valorização docente no município de Uberaba – MG, realizada com professores de três instituições de ensino estaduais. Esta pesquisa parte de um interesse e apoio institucional desenvolvido no âmbito da graduação em licenciatura de uma instituição de ensino pública da cidade.

A pesquisa, do tipo qualitativa, congrega análises quantitativas e qualitativas de cunho empírico, realizadas em três etapas: levantamento e contextualização bibliográfica, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Para este texto,

optamos apenas para as análises feitas a partir das duas primeiras etapas da pesquisa, excluindo-se as entrevistas.

Quanto ao questionário, conforme propõe Fiorentini e Lorenzato (2006), buscamos realizar uma caracterização e descrição do objeto de estudo, explicitando questões inerentes às condições de trabalho dos professores pesquisados. Ainda no que tange aos pressupostos apontados pelos autores, realizamos um questionário misto, que intercala questões de interesse quantitativo (fechadas) com questões abertas que ampliam o leque de dados qualitativos à pesquisa.

Foram escolhidas as três maiores escolas da rede pública estadual da cidade de Uberaba em número de alunos matriculados no ensino fundamental de 6º a 9º anos de acordo com lista cedida pela Superintendência Regional de Ensino de Uberaba. A pesquisa contou com a autorização e participação das três instituições na compreensão da proposta e contou também com a socialização e discussão de resultados.

Participaram da pesquisa, de maneira optativa e livre, 35 professores atuantes do 6º ao 9º anos nas três instituições de ensino estaduais definidas como campo de estudo. A expectativa de questionários respondidos era de cerca de 80 tendo em vista a quantidade de professores que trabalhavam nesse ciclo de ensino nas instituições. Os professores participantes são em sua maioria mulheres (70%), com idade entre 30 a 49 anos (56%) e efetivos no cargo (70%).

A condição docente em Uberaba: aspectos e realidades encontradas

A pesquisa realizada com os professores das três maiores instituições estaduais de ensino em Uberaba – MG nos permitiram levantar dados e questionamentos a respeito das condições de trabalho dos mesmos. Para fins de apresentação neste trabalho optamos por categorizar nossas análises por meio de três aspectos inerentes à condição docente: condições físicas de trabalho, intensificação e sobrecarga no trabalho.

- Condições físicas do trabalho docente

Em um primeiro aspecto questionamos o acesso à internet e o seu uso em sala de aula. Os dados apontam que 96% dos professores afirmaram usar a internet como fonte ou ferramenta para as suas aulas (Tabela 1). Quanto ao acesso, percebemos de acordo com a Tabela 2 que a maioria dos professores pesquisados citou que possuem

acesso a internet em casa e na própria instituição em que trabalha (74%), enquanto 15% têm acesso através de Lan House.

Tabela 1 – Uso de Internet

Itens	Uso
Sim	96%
Não	4%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2 – Acesso a Internet

Itens	Acesso
Casa	74%
Instituição	74%
Lan House	15%

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi questionado também a respeito de outros materiais que os professores utilizam em sala de aula (Tabela 3) e entre os mais citados estiveram os vídeos, desenhos e músicas cerca de 70% dos professores pesquisados; internet, computador e data show, citados por 56% dos docentes, e Laboratórios e aparelhos eletrônicos por 11% e 7%, respectivamente.

Tabela 3 – Materiais utilizados em aulas

Materiais utilizados em sala de aula	%
Internet, Computador e Datashow	56%
Laboratórios	11%
Vídeos, Desenhos e Músicas	70%
Aparelhos Eletrônicos	7%
Não Responderam	4%

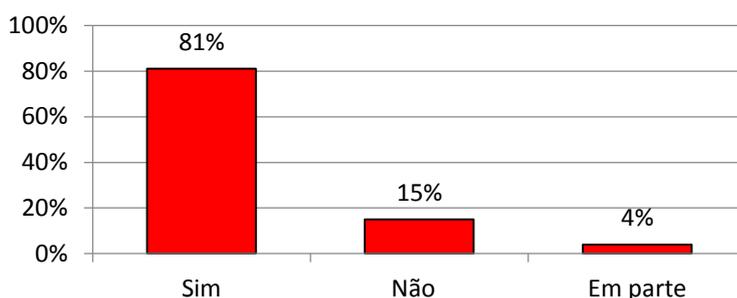
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados a respeito das condições materiais do trabalho do professor nos permitem salientar que o acesso a internet e suas ferramentas já se efetiva com maior expressão no trabalho docente, no entanto, os vídeos, desenhos e músicas ainda representam uma realidade mais abrangente. Será que as escolas oferecem condições básicas para que não só os professores utilizem a internet como fonte de pesquisa, mas que o professor também utilize essa ferramenta com todos os alunos em quantidade suficiente? Quanto aos dados relativos ao baixo uso de laboratórios, será que há laboratórios suficientes? Há materiais básicos para que os laboratórios existentes funcionem? Ou será que o professor no Brasil ainda não é visto como um profissional

que necessita de um laboratório para exercer sua função? Inquietações não respondidas que oferecem novos âmbitos para a pesquisa.

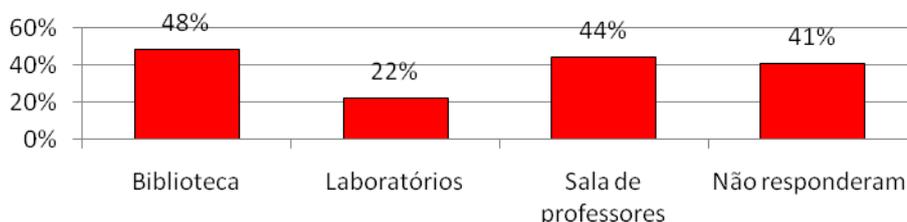
Outro aspecto abordado pelo questionário foi o das condições de espaço físico nas escolas para atender às necessidades dos professores. Os dados demonstram (Gráfico 1) que a maioria dos professores pesquisados (81%) afirmam possuir espaço físico para estudar nas escolas onde lecionam. Outros 15% afirmaram que não possuem esse espaço e 4% em parte.

Gráfico 1 - Espaço físico



Como podemos observar no Gráfico 2, em uma pergunta aberta complementar os professores informaram sobre quais seriam os principais espaços físicos que as escolas onde eles lecionam oferecem ao professor. Quase a metade dos professores pesquisados (48%) citou a biblioteca como um dos principais espaços físicos para o estudo e o trabalho do professor na escola, seguido da sala dos professores, citada por 44% dos docentes, e os laboratórios, citados por 22% dos professores.

Gráfico 2 - Principais espaços físicos

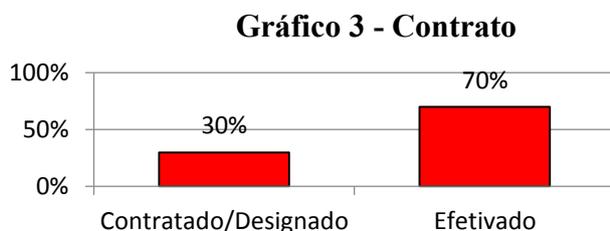


Neste sentido, percebemos que os espaços utilizados para o estudo por esses professores são, em sua maioria, espaços improvisados ou espaços com objetivos diversos ao ensino, mas não são reservados especificamente ao trabalho e ao estudo do professor. A nosso ver, cabe-nos questionar aqui qual o papel das políticas educacionais em garantir um espaço específico e com estrutura adequada para que o professor efetive

suas atividades relacionadas a estudos, pesquisas, planejamentos e formação que vão além dos objetivos de outros espaços já legitimados na escola como bibliotecas, laboratórios e sala de professores, pois estes possuem objetivos específicos.

Foi questionado também a respeito do plano de carreira para a profissão docente, onde os dados mostram que 41% dos professores afirmam que não há plano de carreira e 44% afirmam que a instituição possui um plano de carreira. Outros 4% desconhecem e 11% não responderam. Em uma pergunta aberta complementar, apenas 19% dos docentes pesquisados responderam que o plano de carreira está vinculado ao do Estado de Minas Gerais.

No que tange ao tipo de contrato em que o professor está vinculado, os dados (Gráfico 3) mostram que a maioria dos docentes pesquisados (70%) possui vínculo efetivo com a instituição e os outros 30% são contratados ou designados.



Os dados nos dão indícios de que há uma tendência de desconhecimento dos docentes em relação à organização da carreira do ponto de vista institucional já que 70% são efetivos da rede estadual e estão vinculados aos pressupostos do plano de carreira da rede e, no entanto, apenas 19% dos professores reconhecem essa realidade e outros 44% acreditam erroneamente que essa questão relaciona-se com a instituição. Há interesse das instituições e do próprio Estado em informar os profissionais a respeito de sua carreira e situação institucional? Ou isso é função do professor?

Outra questão abordada pelo questionário foi a respeito da participação dos pais em relação a seus filhos na escola. Os dados apontam que mais da metade dos professores pesquisados (59%) afirmam que os pais procuram para saber sobre a situação dos filhos na escola, enquanto 37% deles afirmam que não e 4% não responderam. Foi questionada a média de pais que procuram os professores e a sua frequência. Os dados evidenciam que apesar de existir o interesse de pais no desenvolvimento do aluno, os professores afirmam que poucos pais os procuram e entre as respostas dos professores, o maior número registrado foi o de 15 pais para uma sala

de cerca de 40 alunos. Em relação à frequência dessa procura, foi registrado que a maioria dos pais procura os professores apenas em época de entrega de notas e reuniões.

Tendo em vista os pressupostos de Teixeira (2007) que reconhecem a relação entre os alunos, a família e os professores como elemento integrante das condições de trabalho docente, os dados mostram que os professores, por mais que afirmam em sua maioria que os pais os procuram, ainda evidenciam que esta aproximação entre o professor e a família refere-se constantemente às questões relativas a notas e reuniões e, não a um acompanhamento sistemático, contínuo e conjunto das atividades desenvolvidas e do desempenho dos alunos. Essa condição de trabalho afeta o cotidiano de sala de aula de que forma? A pouca proximidade com a família expõe uma sobrecarga ao trabalho do professor? Questões abrangentes e emergentes em nosso estudo.

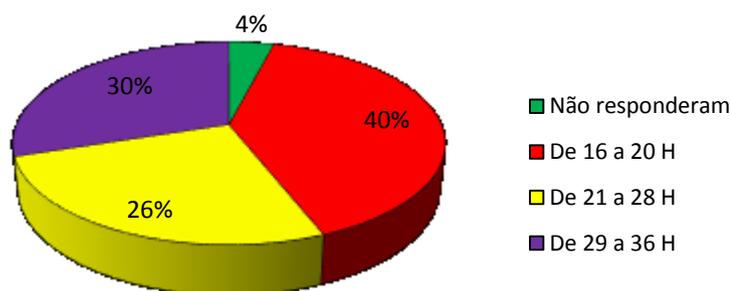
Procurou-se saber também se a renda com a profissão docente atende às necessidades dos professores. Os dados indicam que 11% dos professores pesquisados afirmam que sim, enquanto 41% disseram que não atende e 44% que atende em parte. Os demais (4%) não responderam.

Os dados relativos à renda dos professores demonstram uma tendência insatisfatória em relação aos salários, confirmando, na rede de ensino de Uberaba – MG, o que já foi apontado anteriormente por pesquisas e estudos realizados em diversas regiões do país. Acreditamos que a questão salarial, enquanto uma realidade nacional deve ser revista como tal, enquanto política de Estado, que presuma uma remuneração adequada à dedicação do professor às suas atividades e à realidade socioeconômica do país, incluindo uma organização salarial e plano de carreira claro e objetivo à categoria.

- Intensificação do Trabalho Docente

Um aspecto relevante para se analisar a intensificação das condições de trabalho do professor foi a sua carga horária semanal na escola. Os dados (Gráfico 4) mostram que 40% dos professores pesquisados trabalham em uma carga horária de 16 a 20h, enquanto os que trabalham de 21 a 28 horas e de 29 a 36 horas somam 26% e 30%, respectivamente.

Gráfico 4 -Carga horária de trabalho

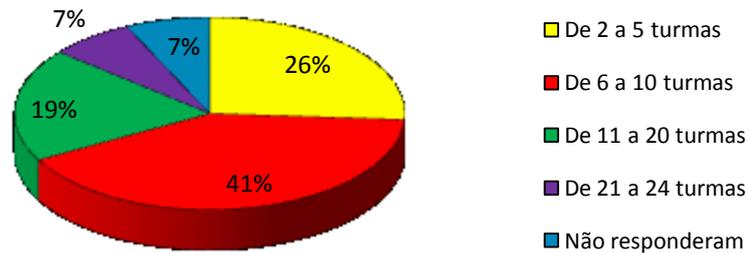


Os turnos nos quais os professores lecionam, são aspectos relevantes para se conhecer um pouco mais das condições de trabalho dos docentes. Com relação a este aspecto, a maioria dos pesquisados (67%) leciona pelo menos em dois turnos, sendo 26% lecionando para três turnos e 41% para dois turnos. O restante (33%) afirmou lecionar em apenas um turno.

Observamos que os dados efetivam que pelo menos 2 terços dos professores pesquisados trabalham em mais de um turno, no entanto, a questão da carga horária não se limita apenas aos turnos e horas trabalhadas, pois as mesmas só refletem as horas/aula e as horas cumpridas na escola. Os dados não mostram, mas pesquisas como as de Oliveira e Vieira (2012) demonstram que a carga horária de planejamento, pesquisa, estudo, formação continuada, atribuições burocráticas, relatórios e lançamentos de notas ultrapassam a carga horária institucional do professor. Neste sentido, ainda não há um reconhecimento legitimado de todas as atividades que o professor realiza fora de sala de aula.

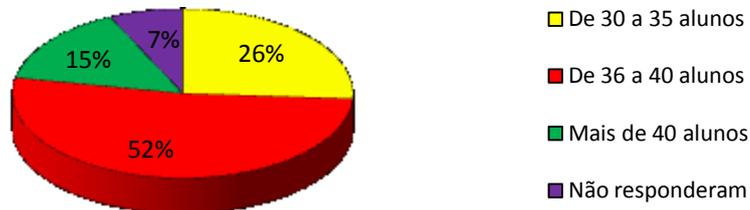
Outro aspecto analisado para averiguar a condição docente foi o número de turmas em que o professor leciona. Os dados mostram (Gráfico 5) que uma grande parte dos professores pesquisados (41%) trabalham com 6 até 10 turmas, os que trabalham com 2 até 5 turmas somam 26% e os que trabalham de 11 a 20 turmas são 18%. Os demais trabalham com 21 até 24 turmas (7%) ou não responderam (7%).

Gráfico 5 - Turmas



Buscando mais dados acerca das condições do trabalho docente, foi questionado sobre o número de alunos que o professor possui em média nas salas de aula. De acordo com o Gráfico 6, os dados indicam que 28% dos professores pesquisados possuem de 30 a 35 alunos em média em sala de aula, enquanto mais da metade dos professores (53%) possuem de 36 a 40 alunos em média e 12% possuem mais de 40 alunos em média por sala. Os demais (7%) não responderam.

Gráfico 6 - Alunos por sala



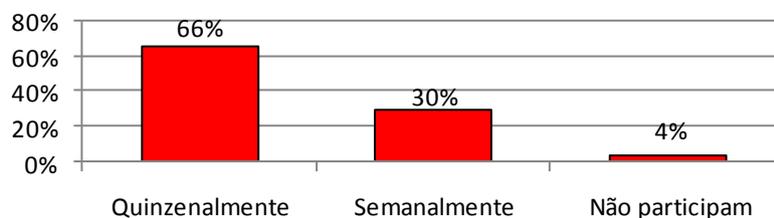
Os dados relativos ao número de turmas e o número de alunos por turma retoma a discussão feita por Sampaio (2004) na qual o autor questiona as possibilidades de o professor trabalhar de forma individualizada e especializada frente a um contingente de turmas e alunos numerosos e ao mesmo tempo diversificado.

- Sobrecarga de trabalho

Tendo em vista o levantamento de dados relacionados à sobrecarga de trabalho na docência, os professores foram questionados sobre as reuniões pedagógicas e sobre os trabalhos realizados por eles fora da sala de aula. De acordo com o Gráfico 7, apenas 4% dos professores admitiram que não participam dessas reuniões. A frequência às

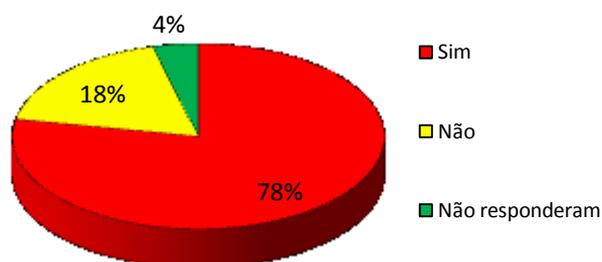
reuniões também foi questionada e a maioria dos professores pesquisados (65%) afirmaram que as reuniões pedagógicas são feitas quinzenalmente nas instituições em que trabalham e 30% afirmaram que são realizadas uma vez por semana.

Gráfico 7 - Reuniões Pedagógicas



Em relação à participação do professor na elaboração do projeto pedagógico, os dados (Gráfico 8) apontam para um alto índice de participação, com a maioria dos professores pesquisados (78%) afirmando que participaram ou participam da elaboração do projeto pedagógico da instituição em que leciona. Outros 18% afirmaram que não participam e 4% não responderam.

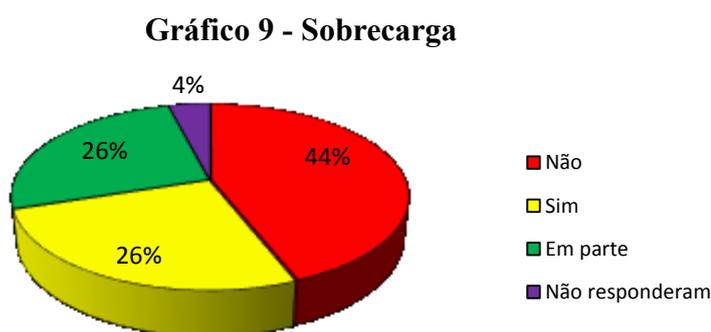
Gráfico 8 - Projeto Pedagógico



Foi questionado também se o professor exerce outra função dentro da escola além da docência. Neste aspecto, apenas 7% dos professores pesquisados exercem outra função dentro das escolas. Assim como afirma Oliveira e Vieira (2012), estes trabalhos burocráticos realizados fora de sala de aula muitas vezes exacerbam a carga horária destinada contratualmente ao professor. Nossa coleta de dados não permitiu realizar a relação da carga horária fora da sala de aula com essas tarefas burocráticas constantes no trabalho do professor, no entanto, esse limite de nossa pesquisa demonstra

possibilidades de análise futuras para a continuação da investigação da condição docente em Uberaba-MG.

Outro aspecto questionado foi a opinião dos docentes sobre a questão da sobrecarga no trabalho. Neste aspecto, os dados (Gráfico 9) apontam que 26% dos professores pesquisados afirmaram estarem sobrecarregados com o trabalho docente, no entanto, quase a metade deles (44%) não se sente sobrecarregado. Os demais, responderam que estão em parte sobrecarregados (26%) e ainda 4% não responderam.



Logo após essa pergunta, foi aberto aos professores pesquisados um espaço para comentar sobre a questão da sobrecarga no trabalho docente. Entre os comentários mais citados estiveram à falta de tempo, as diversas reuniões e o trabalho levado para a casa.

Pesquisas já citadas como de Sampaio (2004) e Oliveira e Vieira (2012) já apontam para a tendência da “falta de tempo” no exercício das diversas atribuições colocadas ao trabalho docente. O que nos intriga aqui são os dados de 44% dos professores pesquisados não se sentirem sobrecarregados e não se encontrando na realidade demonstrada por outras pesquisas.

Quanto a isso, será que os professores pesquisados, mesmo com a carga de trabalho possivelmente exacerbada, organizam o seu trabalho de tal maneira para que não sobrecarregue suas demais atribuições? Ou será que os professores pesquisados adquiriram certo hábito de trabalho atrelado a uma cultura escolar de excesso de atribuições a qual se apresenta como algo cotidiano e corriqueiro à profissão? Será que esses professores questionam seu trabalho a ponto de identificarem ou não a sobrecarga? Questionamentos abrangentes que direcionam novos âmbitos a serem pesquisados e aprofundados.

Considerações Finais

Neste trabalho procuramos realizar considerações a respeito da condição docente em escolas estaduais do município de Uberaba – MG tendo em vista os elementos que compõem as condições de trabalho de professores a partir de um estudo realizado em três escolas da cidade. Não tivemos pretensões de esgotar a temática desenvolvida e sim de contribuir, a partir de dados que refletem uma realidade local, para os estudos acadêmicos acerca da condição docente e incentivar novos estudos em âmbito municipal.

Considerando os dados demonstrados e as análises feitas a partir dos mesmos, acreditamos que a condição docente em Uberaba reflete algumas realidades já apontadas em pesquisas em âmbito nacional como Sampaio (2004) e Oliveira e Vieira (2012) a respeito das condições físicas de trabalho e da intensificação das atribuições docentes. No entanto, algumas realidades locais como a maioria dos professores pesquisados serem efetivados e não se sentirem sobrecarregados oferecem novos subsídios à nossa pesquisa.

As problemáticas levantadas por este trabalho ao longo das análises nos instigam a novos e mais sistematizados estudos a respeito da condição docente em Uberaba a ponto de buscar contribuições acadêmicas de fins científicos, mas também, de cunho político e educacional, problematizando as condições do trabalho do professor na cidade e discutindo essas questões na escola. Acreditamos que pesquisas como essa subsidiam os professores a refletir sobre suas realidades de trabalho e, enquanto classe, fundamentarem novas perspectivas para a transformação em diversos âmbitos de sua realidade de trabalho.

Referências

ARROYO, M. G. Condição docente, trabalho e formação. In: SOUZA, J. V. A. (Org.) **Formação de professores para educação básica: dez anos de LDB**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 15ª Edição.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

LAPO, F. R. e BUENO, B. O. **Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, Março/2003, p.65-88

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. Condição de trabalho docente: uma análise a partir de sete estados brasileiros. In: _____. **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros.** Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2012. p.153-190.

SAMPAIO, M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. In: **Educação & Sociedade.** Campinas: UNICAMP, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004.

TEIXEIRA, I.A.C. Da Condição Docente: Primeiras Aproximações Teóricas. In: **Educação & Sociedade.** Campinas-SP: UNICAMP, 2007, v. 28, n. 99, p.426-443.